

**“Jacarandá”, o “endiabrado preto”: considerações a respeito do  
(in)disciplinamento de corpos negros nas páginas do *Correio da Manhã*<sup>1</sup>**

**Isadora Luiza Francisca Alves Flores<sup>2</sup>**

O presente trabalho propõe um preliminar diálogo entre alguns dos postulados relativos a temática da raça abordados por Aníbal Quijano (2005;2014), integrante do Grupo Colonialidade/Modernidade (M/C), Frantz Fanon (1968), um dos percursores do argumento dos estudos Pós-coloniais (BALLESTRIN, 2013, 89-92), e algumas das considerações oriundas do levantamento de reportagens centradas em crimes publicadas pelo periódico *Correio da Manhã*, entre 1901 e 1902. Material esse, coletado durante a investigação intitulada de “*Fait Divers: Narrativas De Transgressão, Crime e Poder no Rio de Janeiro da Primeira Década do Século XX*” em andamento no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos (PPG-IELA).

De forma que, diante da potencialidade disciplinadora e racista do regime republicano que então era instituído no país (CARVALHO, 2008; CHALHOUB, 2008; PATTO, 2004), entendemos que os esforços institucionais deferidos pela sua elite dirigente, em prol da “ordem” e pelo disciplinamento dos sujeitos, historicamente, incidiram de forma distinta entre diferentes grupos sociais. De tal modo, o presente trabalho objetiva inferir a respeito de alguns dos artifícios narrativos utilizados por jornalistas do início do século XX, para plasmar *representações* a respeito de indivíduos negros transgressores. Visando

---

<sup>1</sup> GT 02: População negra: raça e gênero, políticas públicas e desigualdades.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos (PPG-IELA) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

assim, o acesso à algumas das lógicas que orientavam os padrões normativos da época, especialmente no que diz respeito à porção “racializada” da população.

Ressalvemos nesse sentido, que a compreensão desses sujeitos enquanto “racializados” baseia-se na negação da raça enquanto uma categoria natural, inerente à constituição biológica dos indivíduos. Postulando-a, nesse sentido, como um artifício de categorização e dominação social, ressignificado e disputado ao longo do processo de constituição do atual padrão de poder mundial capitalista. Aportamos tal análise, inicialmente nos postulados de Quijano (2005;2014). Em seu artigo “Colonialidad del poder y clasificación social” o autor compreende o fenômeno da Colonialidade, enquanto um dos elementos constitutivos do citado padrão mundial de poder (QUIJANO, 2014, p. 286). Para o autor:

Con la constitución de América (Latina) en el mismo momento y en el mismo movimiento histórico, el emergente poder capitalista se hace mundial, sus centros hegemónicos se localizan en las zonas situadas sobre el Atlántico –que después se identificarán como Europa–, y como ejes centrales de su nuevo patrón de dominación se establecen también la colonialidad y la modernidad. En otras palabras: con América (Latina) el capitalismo se hace mundial, eurocentrado y la colonialidad y la modernidad se instalan, hasta hoy, como los ejes constitutivos de este específico patrón de poder (QUIJANO, 2014, P.286).

Não obstante, Quijano (2014, p.287) compreende a Colonialidade por meio da imposição de uma classificação racial/étnica da população mundial, percebendo-a operando em cada um dos planos, âmbitos e dimensões, materiais e subjetivas da existência cotidiana e da escala social. De forma que, como autor nos elucida em seu artigo “A Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina” a partir da ideia de raça, e em relação a identidades europeias que, nesse processo também se redefiniam, teriam sido produzidas na América “identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços” (QUIJANO, 2005, p.117). Ainda segundo nos subsidia Quijano (2005, p.117), na medida em que as relações sociais “que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais

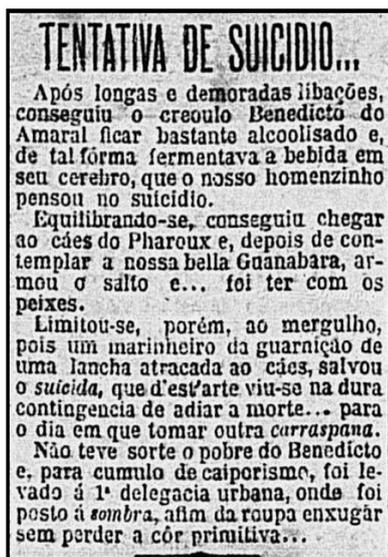
correspondentes”. Ou seja, em relação a um padrão de dominação que se formava a partir da conquista, “raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população” (QUIJANO, 2005, p.117).

Aproximamos tal perspectiva descolonial aos postulados de Frantz Fanon (1968; 2008), um dos percursores da crítica à episteme ocidental. Ao denunciar o colonialismo em sua obra “*Os Condenados da Terra*”, Fanon (1968, p.27-28) não somente percebe a “compartimentalização” de caráter racial operada pela lógica colonial, mas postula também que a compreensão “do mundo colonial, de seu arranjo, de sua configuração geográfica” enquanto aquilo que nos vai permitir “delimitar as arestas a partir das quais se há de reorganizar a sociedade descolonizada”. É importante destacar como na perspectiva fanoniana, a violência tem um papel central na dinâmica do mundo colonial. Presidindo o seu arranjo, nos intentos pela destruição do mundo social e cultural do colonizado (FANON, 1968, p.30), sendo também impressa nos corpos, mentes e cotidiano tanto de colonizadores como colonizados. Violência que opera também institucionalmente, uma vez que nesse mundo “cindido”, Fanon (1968) postula a “linha divisória, a fronteira” enquanto “indicada pelos quartéis e delegacias de polícia” (FANON, 1968, p.28).

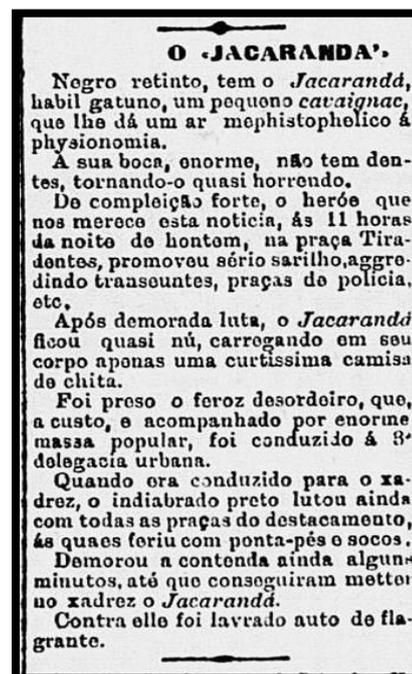
A percepção incitada por Fanon (1968) do papel das forças repressoras enquanto fatores de manutenção da ordem colonial racista, nos subsidia a apreensão de forma bastante pertinente do contexto do Rio de Janeiro no início do século XX. A cidade, então capital de um recente regime republicano, verifica-se um cenário de contradições sociais, tensões e disputas, acirradas em meio a um exponencial aumento populacional e da exasperação de uma problemática conjuntura habitacional (BENCHIMOL, 1992, p.128). Conforme nos aponta Sidney Chalhoub (2008, p.66), as últimas décadas do século XIX foram marcadas pela defesa em foros institucionais do disciplinamento dos corpos, objetivando a construção de uma nova valorização social e moral do trabalho. A preocupação do novo regime político em controlar a população, e o seu temor da desordem foi tanta que o Código Penal entrou em vigor em 1890, antes mesmo da nova

constituição republicana, de 1891. De forma que, pautadas no medo branco da suposta “incivilidade” da população negra, medidas repressivas para coibir a “ociosidade e a vadiagem” foram reconfiguradas e enrijecidas (CHALHOUN, 2008, p.66-70).

Inserida nessa conjuntura, percebemos como alguma das narrativas do periódico *Correio da Manhã* centradas em episódios de transgressão e protagonizados corpos “racializados” entre 1901 e 1902, vinculam representações, construções simbólicas carregadas de sentidos construídos social e historicamente (PESAVENTO, 2003, p.22), e que nos evidenciam alguns dos elementos do imaginário social construído a respeito desse grupo social. Assim sendo, evocamos a Fanon (1968;2008) e Quijano (2005) para contextualizar as especificidades dessas representações, entendendo que o imaginário fundando a respeito dessas populações, fora, historicamente, disputado em meio a violência do processo colonizador. E que várias das operações de subalternização decorrentes desse processo, estiveram relacionadas à construção e naturalização de representações que reforçassem a manutenção de uma ordem social racista.



Correio da Manhã, Ed. 19, 13 de junho de 1902, p.2.



Correio da Manhã, Ed.252, 21 de fevereiro de 1902, p.2.

Observemos nas duas reportagens acima, a título de exemplo, algumas operações simbólicas vinculadas pelo *Correio da Manhã*. Na primeira dessas reportagens, intitulada “Tentativa de Suicídio”, a suposta “fermentação da bebida” no cérebro de Benedicto do Amaral, parece causa explicativa suficiente do ocorrido para o repórter autor da matéria. Julgamento tal, que nos permite o vislumbre de uma concepção do consumo de álcool específica, ligada ao contexto histórico/social da virada do século. Embora imagens negativas a respeito do consumo do álcool tenham acompanhado o processo de colonização, observa-se, nesse contexto histórico, um deslocamento de sentidos, no qual a repressão ao consumo do álcool assumiu contornos científicos. Cabe salientar nesse sentido, que a consolidação da classe médica e dos saberes higienistas, apoiada por discursos sanitaristas embasou, no contexto de expansão urbana de finais do século XIX, a concepção de todo um conjunto de instituições, prescrições e normas que tinham como objetivo ordenar a urbe, a vida, os corpos e costumes de seus habitantes (PATTO, 2004; ZAFERINO, 2007). E em meio a essa conjuntura, que se estabeleceu de forma mais proeminente no período Republicano, a suposta predisposição do “alcoolismo” entre as classes populares, especialmente entre negros e mestiços, passou a ser considerado um estigma da degeneração (ADIALA, 2011, p.93-100).

De forma que, ao longo de uma série de escolhas narrativas instrumentalizadas de forma a, repetidamente, desqualificar Benedicto do Amaral, “homenzinho” cuja morte teria sido adiada para a próxima “casparrada”, percebemos que a repreensão ao seu consumo alcóolico fora operada de forma a também demarcar sua “raça” enquanto condição degenerativa. Tendo em vista como a sua tentativa de suicídio fora narrativamente proposta como “capoeirismo”, termo que não somente evoca a uma prática cultural de origem afro-brasileira, mas que na época era fortemente associado a vadiagem, sendo usado como sinônimo de desordem. Não somente, o relato da prisão de

Benedicto do Amaral, informa ainda de forma bastante irônica, que o homem teria sido posto na sombra para que suas roupas não perdessem a “cor primitiva”.

Ironia que, ao fazer uso da tal expressão nos parece evocar a uma série de teorias científicas de caráter evolucionista, e como tal racistas, que a partir de 1870, já eram constatadas nos centros de produção de conhecimento científicos brasileiros (SCHWARCZ, 2015, p.57). Centros esses, dentre os quais destacamos as faculdades de Direito e Medicina do Rio de Janeiro, nas quais muitos dos jovens repórteres e redatores envolvidos na produção dessas notícias estudavam (BARBOSA, 1997, p.91). Tais teorias racistas, a partir da presunção da existência de diferentes “raças” dentre os homens, percebiam as experiências humanas em uma escala evolutiva. Sobrepondo assim, os “desenvolvidos” e aqueles tidos enquanto “primitivos” e aportando, cientificamente, aquilo que Quijano (2005;2004) caracterizou enquanto uma classificação social étnico/racial da população mundial.

A segunda reportagem a qual detemos nossa análise, publicada em 1902, foi construída de forma que Jacarandá, homem negro preso por desordem, fosse narrativamente desumanizado, reduzido à um monstro selvagem. Para mobilizar, chocar e entreter seus leitores com um episódio que culminaria em uma afronta de proporções expressivas a moral do período, a nudez pública, o relato proposto pelo *Correio da Manhã* faz uso da instrumentalização de uma série de adjetivos. Plasmando assim, a representação de um monstro de fisionomia “mephistophelica”, ou seja, demoníaca, um “endiabrado preto” de “boca enorme” sem dentes “tornando-o quasi horrendo”. Imagem que evoca a uma longa tradição iconográfica ocidental-judaico-cristã que percebe na alteridade, monstros, figuras demoníacas, e que como tal, carregam sentidos relacionados a todo aquele comportamento considerado impróprio e perverso dentro de sua organização social.

Na reportagem percebemos, contudo, elementos que indicam a atualização dessa visão de perversidade, em vista como as características físicas de Jacarandá também são

demarcadas: um “negro retinto” de “composição forte” e comportamento “feroz”. Observações de caráter “biologizante” que remetem a composição física de Jacarandá, de forma a plasmar a imagem de um homem supostamente forte, mas feroz, de intelecto e moral limitadas. Outra reverberação do racismo cientificista, que se a narrativa acima serve de alguma indicação, também influenciava o imaginário social brasileiro. Circunscrevendo a degeneração, a perversidade na própria composição corpórea de determinados indivíduos. E postulando na carne de homens e mulheres racializados a responsabilidade pela inaptidão nacional em alcançar os padrões de “civilização” da Europa.

### **Considerações Finais**

Nos aponta Fanon (2008) “A civilização branca, a cultura europeia, impuseram ao negro um desvio existencial [...] aquilo que se chama de alma negra é frequentemente uma construção do branco” (FANON, 2008, p.30). Tal construção simbólica, de consequências bastante concretas e materiais para a porção racializada da população, verifica-se em um constante processo de transformação e disputa. Questioná-la, a partir da reflexão histórica nos parece, portanto, um esforço pertinente para a desnaturalização do racismo ainda contido nessa construção.

De forma que, a partir de um esforço preliminar pela verificação de suas especificidades no contexto dos primeiros anos do século XX, período de especial importância na consolidação do regime republicano no país, percebemos certo aporte midiático e científico pelo qual o racismo também se instituiu discursivamente na realidade brasileira enquanto uma ferramenta de classificação e hierarquização social. Não obstante, essa primeira aproximação, é proposta aqui como um convite pela identificação desses processos, sua localização dentro da história do Estado Nação Brasileiro. Um primeiro passo na direção da visualização dos processos históricos pelos quais foram estabelecidos os arranjos, as arestas que ainda delimitam a realidade social do país, ainda tão marcada pela Colonialidade, mesmo em suas dimensões mais cotidianas

**Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul**  
**v. 2, n. 1, 2018.**

**Referências**

- ADIALA, Julio Cesar. *Drogas, medicina e civilização na primeira república*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 2011.
- BARBOSA, Marialva. Imprensa, Poder e Público: Os Diários do Rio de Janeiro (1880-1920). In: INTERCOM, *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, vol. 20, nº 2, São Paulo, 1997, pp. 87 a 102.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro Decolonial. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº11. Brasília, 2013, pp. 89-117.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: Um Haussmann Tropical*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992.
- CARVALHO, Mariana Viera de. Os vadios na resistência ao disciplinamento social da Belle Époque Carioca. In: *Encontro Regional De História- Seropédica, RJ*. Anais do XIII Encontro Regional de História – Identidades. Seropédica: UFRRJ, 2008.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas: Unicamp, 2008.
- CORREIO DA MANHÃ. Edição 252. p.2. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1902.
- \_\_\_\_\_. Edição 19. Rio de Janeiro, 13 de junho de 1902.
- FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- \_\_\_\_\_. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Editora Edufba, 2008.
- PATTO, Maria Helena Souza. Ciência e política na primeira república: origens da psicologia escolar. In: *Mnemosine* vol. 1, nº0, 2004, p.203-225.
- PESAVENTO, Sandra Jathay. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- QUIJANO, Anibal. A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. In: LANDER, Edgardo (org). *A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- \_\_\_\_\_. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GOMÉZ, Santiago (org). *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. Buenos Aires: CLASCO, 2014.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasi: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das. Letras, 1993.
- ZEFERINO, Breno Martins. “A INVENTIVA BRASILEIRA: Modernidade, Saúde e Ciência na virada do século XIX para o XX”. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2007.